

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.581.808 - RS
(2019/0274584-8)**

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : PRISCILA CABRAL DA LUZ
AGRAVANTE : GIOVANI CASTAGNETTI
AGRAVANTE : ROSANE CABRAL DA LUZ
ADVOGADO : WEDNER COSTÓDIO LIMA - RS084271
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. PROCESSO PENAL. RECURSO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR. PRAZO: 5 DIAS CORRIDOS. ART. 39 DA LEI N.º 8.038/1990. INTEMPESTIVIDADE. AGRADO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. A entrada em vigor do novo Código de Processo Civil não alterou o prazo para a interposição de agravo contra decisão monocrática de Relator em matéria penal. Portanto, nessa hipótese, está vigente o comando normativo contido no art. 39 da Lei n.º 8.038/90, ou seja, o prazo para a apresentação do citado apelo é de 5 (cinco) dias corridos.

2. Na hipótese, a decisão por intermédio da qual foi conhecido o agravo para não conhecer do recurso especial dos ora Agravantes foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico/STJ em 02/10/2019, sendo considerada publicada no primeiro dia útil seguinte, ou seja, 03/10/2019. O presente agravo regimental, no entanto, só veio a ser interposto nesta Corte em 09/10/2019, quando já havia escoado o prazo para a sua interposição.

3. Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer do agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora